



Contas Nacionais
número 77

Sistema de Contas Regionais Brasil

2018

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Economia
Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário Especial da Fazenda
Waldery Rodrigues Junior

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Susana Cordeiro Guerra

Diretora-Executiva
Marise Maria Ferreira

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Eduardo Luiz G. Rios Neto

Diretoria de Geociências
Claudio Stenner

Diretoria de Informática
Carlos Renato Pereira Cotovio

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Carmen Danielle Lins Mendes Macedo

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa do Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Contas Nacionais
Rebeca de La Roque Palis

Ministério da Economia
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Contas Nacionais

Contas Nacionais
número 77

Sistema de Contas Regionais

Brasil

2018



Rio de Janeiro
2020

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1415-9813 **Contas Nacionais**

Divulga os resultados do Sistema de Contas Nacionais relativos às Tabelas de Recursos e Usos; Contas Econômicas Integradas; Sistema de Contas Regionais do Brasil; Produto Interno Bruto dos Municípios; Matriz de Insumo-Produto; e Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo.

ISBN 978-65-87201-32-0

© IBGE. 2020

Por decisão editorial, a partir do ano de referência de 2015 a publicação passou a ser divulgada em duas partes. A primeira parte corresponde a um informativo contendo comentários analíticos ilustrados com tabelas e gráficos que destacam os principais resultados do estudo/pesquisa, e é disponibilizada em meio impresso e digital (formato pdf) no portal do IBGE na Internet. A segunda parte, constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresenta considerações de natureza metodológica sobre o estudo/pesquisa, sendo veiculada apenas em meio digital (formato pdf) no portal.

Sumário

| | |
|--------------------|---|
| Apresentação | 4 |
| Introdução | 5 |
| Referências | 6 |
| Glossário..... | 8 |

Convenções

| | |
|-----------------|---|
| - | Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento; |
| .. | Não se aplica dado numérico; |
| ... | Dado numérico não disponível; |
| x | Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação; |
| 0; 0,0; 0,00 | Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e |
| -0; -0,0; -0,00 | Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo. |

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, dá continuidade ao projeto de elaboração de estimativas do Produto Interno Bruto - PIB de cada Unidade da Federação, coerentes, comparáveis entre si e compatíveis com as Contas Nacionais do Brasil.

Por decisão editorial, cabe destacar, a partir do ano de referência de 2015, a publicação do *Sistema de Contas Regionais: Brasil* passou a ser divulgada em duas partes. A primeira parte corresponde a um informativo contendo comentários analíticos ilustrados com tabelas e gráficos que destacam os principais resultados da pesquisa, e é disponibilizada tanto em meio impresso como em meio digital (formato pdf) no portal do IBGE na Internet. A segunda parte, constituída por estas notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresenta considerações de natureza metodológica sobre a pesquisa, sendo veiculada apenas em meio digital (formato pdf) no portal.

A série 2010 do Sistema de Contas Regionais Brasil tem sua metodologia e base de dados completamente integradas com a série do Sistema de Contas Nacionais Brasil - referência 2010. Incorporaram-se, integralmente, os resultados de pesquisas agropecuárias, como o Censo Agropecuário 2006, de pesquisas econômicas anuais nas áreas de Indústria, Construção, Comércio e Serviços, e de pesquisas domiciliares, tais como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD e a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, realizadas pelo IBGE. Esta série utiliza dados anuais de instituições externas, como a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ, obtidos pela Secretaria da Receita Federal, e adota uma classificação de atividades compatível com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0. A metodologia de elaboração do Sistema de Contas Regionais encontra-se descrita, de forma detalhada, no volume 37 da Série Relatórios Metodológicos.

Os dados ora divulgados compreendem informações sobre a composição e evolução do PIB de cada Unidade da Federação, calculadas a partir de estatísticas sobre o valor anual da produção, consumo intermediário e valor adicionado bruto de cada atividade econômica. Permitem, ainda, estimar o valor adicionado bruto anual, por atividade, expresso em valores correntes e constantes, e o PIB, avaliado a preço de mercado, de cada Unidade da Federação.

No portal do IBGE na Internet, encontram-se disponíveis informações por Unidade da Federação do PIB pela ótica da renda (série 2010 a 2018) e pela ótica da produção (série retrogradada de 2009 até o ano de 2002), bem como notas com considerações metodológicas.

O IBGE agradece a todos que participaram da elaboração deste trabalho, em especial aos membros da Comissão Técnica, instituída com as atribuições de cooperar sobre procedimentos metodológicos; propor procedimentos nos trabalhos de cálculo do Sistema de Contas Regionais, segundo a metodologia do Sistema de Contas Regionais do IBGE; e atestar que os resultados elaborados pelos estados estão compatíveis com a metodologia proposta pelo IBGE para a construção do Sistema de Contas Regionais Brasil.

Eduardo Luiz G. Rios Neto

Diretor de Pesquisas

Introdução

A disponibilidade de informações que retratem a realidade socioeconômica regional vem se constituindo numa exigência cada vez maior para os responsáveis pela formulação de políticas públicas.

O atual contexto de crescente globalização das economias tem contribuído decisivamente para as constantes transformações que vêm ocorrendo no âmbito das atividades produtivas e das estratégias competitivas das empresas. Estas, procurando acompanhar a tendência atual de formação de blocos econômicos de países, com reflexos sobre a especialização produtiva de cada Unidade da Federação ou região, precisam conhecer as informações referentes à performance e às capacidades das economias de cada unidade produtiva, para poderem definir suas estratégias de expansão e de localização.

Da mesma forma, essas informações têm sido demandadas pelos estudiosos dos problemas relacionados com a questão federativa, que procuram entender a dinâmica dos desequilíbrios regionais que caracterizam a economia brasileira.

O IBGE desenvolve um programa de trabalho conjunto com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, para a construção de um Sistema de Contas, por Unidade da Federação, metodologicamente integrado e, portanto, comparável, no tempo e no espaço, atendendo à demanda por informações regionalizadas.

Para isso, a metodologia adotada no Sistema de Contas Regionais foi uniformizada, por Unidade da Federação, e integrada à metodologia adotada pelo IBGE no Sistema de Contas Nacionais.

Em virtude das particularidades das Unidades da Federação, decidiu-se que, em sua primeira etapa, a estimação de um Sistema de Contas Regionais deveria restringir-se à elaboração, apenas, da conta de produção das principais atividades econômicas, em consonância com a metodologia nacional, apresentando as informações referentes ao processo de geração da renda regional, cujo valor síntese foi expresso pelo Produto Interno Bruto - PIB. Na revisão para o ano de referência 2010, também foi incluído mais uma ótica do sistema de contas, o PIB pela ótica da renda.

As últimas mudanças de ano de referência foram publicadas em 2007 e 2015. Em 2007, a base que tinha como referência o último ano de realização dos Censos Econômicos, isto é, 1985 passou para o ano 2002. Em geral, a escolha do ano de referência deve recair sobre um ano para o qual se disponha de dados suficientes para a construção, a partir de uma metodologia homogênea, da conta de produção e renda de todos os estados. Já na última reformulação, o ano de referência é 2010 e incorpora as recomendações internacionais expressas no manual internacional *System of national accounts 2008*, SNA 2008 (UNITED NATIONS, 2009).

A atualização de uma série de Contas Regionais, usualmente referida como mudança de referência, é, normalmente, compreendida como a modificação dos pesos das atividades econômicas adotados no cálculo do PIB dos estados e de seus componentes. Quando se realiza a chamada “mudança de referência” incorpora-se, também, nova classificação de bens e serviços, novas fontes de dados, mudanças metodológicas e resultados de pesquisas realizadas, visando ao estabelecimento de marcos estruturais que serão referências para os próximos anos.

Referências

ACTUALIZACIÓN del sistema de cuentas nacionales 1993 (SCN 1993): conjunto completo de recomendaciones provisionales: documento para discusión de los participantes. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal; Guatemala: Banco de Guatemala, 2006. 68 p. Trabalho apresentado pelo Grupo de Expertos Asesores del Proceso de Actualización del SCN 1993, no Seminario Latinoamericano de Cuentas Nacionales, realizado na Guatemala, 2006. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/AEG/recommendations/flprsp.pdf>. Acesso em: out. 2020.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas - CNAE: versão 2.0. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 425 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/atividades-economicas>. Acesso em: out. 2020.

CONTAS regionais do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 64 p. (Série relatórios metodológicos, v. 37). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=241215>. Acesso em: out. 2020.

CONTAS regionais do Brasil: ano de referência 2010. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 68 p. (Série relatórios metodológicos, v. 37). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=298459>. Acesso em: out. 2020.

ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. *Petroleum & other liquids: prices*. Washington, DC: EIA, 2019. Disponível em: <http://www.eia.gov/petroleum/data.cfm>. Acesso em: out. 2020.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Balance of payments and international investment position manual*. 6th ed. Washington, DC: IMF, 2009. 351 p. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/bop/2007/pdf/bpm6.pdf>. Acesso em: out. 2020.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Government finance statistics manual 2014*. Washington, DC: IMF, 2014. 446 p. Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/sta/gfsm>. Acesso em: out. 2020.

INTERNATIONAL standard industrial classification of all economic activities - ISIC. Rev. 4. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 2008. 291 p. (Statistical papers. Series M, n. 4/rev. 4). Disponível em: <http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/atividades-economicas.html>. Acesso em: out. 2020.

SÉRUZIER, M. *Construire les comptes de la nation: selon le SCN 1993*. 753 p. Paris: Economica, c1996. (Économie et statistiques avancées).

SISTEMA de contas nacionais: Brasil: ano de referência 2010. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 236 p. (Série relatórios metodológicos, v. 24). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?edicao=18363&t=notas-tecnicas>. Acesso em: out. 2020.

UNITED NATIONS. Statistical Commission. *System of national accounts 2008*. New York, 2009. 662 p. Preparado sob os auspícios de United Nations, European Commission,

International Monetary Fund - IMF, Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD e World Bank. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna2008.asp>. Acesso em: out. 2020.

UNITED NATIONS. Statistics Division. *National accounts: a practical introduction*. New York, c2004. (Studies in methods. Series F, n. 85). 139 p. Acima do título: Handbook of national accounting. Disponível em: https://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesF/seriesF_85.pdf. Acesso em: out. 2020.

UNITED NATIONS. Statistics Division. *System of national accounts 1993*. New York, 1993. 814 p. Preparado sob os auspícios de United Nations, Commission of the European Communities - Eurostat, International Monetary Fund - IMF, Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD e World Bank. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna1993.asp>. Acesso em: out. 2020.

UNITED NATIONS. Statistics Division. *UNdata*. New York: UNSD, 2018. Disponível em: <http://data.un.org/Explorer.aspx?d=SNA>. Acesso em: out. 2020.

Glossário

ajustamento CIF/FOB Conciliação das diferentes avaliações utilizadas na importação: o total da importação é avaliado a preços FOB (do Inglês *Free on Board*, que exclui as despesas com fretes e seguros), e na abertura por produto, a preços CIF (do Inglês *Cost, Insurance and Freight*, que inclui despesas com fretes e seguros).

atividade econômica Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

capacidade ou necessidade de financiamento Poupança bruta mais as transferências líquidas de capital a receber, menos o valor da formação bruta de capital fixo, menos a variação de estoques, menos o valor das aquisições líquidas de ativos não financeiros. Quando o saldo é positivo, indica a existência de um superávit, e, quando negativo, indica a existência de um déficit que terá que ser financiado por meio da emissão de passivos financeiros.

capacidade ou necessidade de financiamento nas estatísticas fiscais Resultado operacional líquido menos a aquisição líquida de ativos não financeiros (ou resultado operacional bruto menos a aquisição líquida de ativos não financeiros, excluído, também, o consumo de capital fixo). Também é igual à aquisição líquida de ativos financeiros menos o incorrimento líquido de passivos. É um indicador sintético que revela a medida em que o governo põe recursos financeiros à disposição de outros setores da economia ou utiliza os recursos financeiros gerados por outros setores.

carga tributária bruta Quociente entre o somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições e o produto interno bruto.

carga tributária líquida Quociente entre o somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições, deduzido das despesas com subsídios, benefícios e transferências para instituições privadas sem fins lucrativos, e o produto interno bruto.

consumo final efetivo das famílias Despesas de consumo das famílias mais o consumo realizado por transferências sociais em espécie das unidades das administrações públicas ou das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias.

consumo final efetivo do governo Despesas efetuadas pelo governo com serviços de caráter coletivo.

consumo intermediário Bens e serviços consumidos como insumos de um processo de produção, excluindo os ativos fixos; os bens e serviços podem ser transformados ou utilizados no processo de produção.

contribuições sociais efetivas a cargo dos empregadores Pagamentos por conta do empregador e em nome de seus empregados aos institutos oficiais de previdência, aos regimes próprios de previdência, às entidades de previdência privada, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.

contribuições sociais imputadas dos empregadores Diferença entre os benefícios sociais pagos pelo governo diretamente aos seus servidores (beneficiários do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS) sob a forma de aposentadorias, pensões etc. e as contribuições recebidas sob a forma de PSS, pensão militar, montepio civil etc.

deflator Variação média dos preços do período em relação à média dos preços do período anterior.

deflator do PIB Variação média dos preços da economia no período em relação à média dos preços no período anterior. Para os produtos produzidos em cada atividade econômica, são utilizados métodos de extrapolação por índices de volume ou deflação por índices de preços. O mesmo se aplica ao preço dos produtos no consumo intermediário, e, portanto, o preço do valor adicionado bruto para cada atividade resulta da combinação dos índices utilizados.

despesas de consumo final das famílias Despesas com bens e serviços realizadas pelas famílias.

despesas de consumo final do governo Despesas com bens e serviços individuais e coletivos disponibilizados gratuitamente, total ou parcialmente, pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal). São valoradas ao custo de sua produção.

excedente operacional bruto Saldo resultante do valor adicionado bruto deduzido das remunerações pagas aos empregados, do rendimento misto e dos impostos líquidos de subsídios incidentes sobre a produção.

exportação de bens e serviços Bens e serviços exportados avaliados a preços FOB, ou seja, incluindo somente o custo de comercialização interna até o porto de saída das mercadorias.

formação bruta de capital fixo Acréscimos ao estoque de ativos fixos destinados ao uso das unidades produtivas, realizados em cada ano, visando ao aumento da capacidade produtiva do País.

Government finance statistics manual Conjunto de princípios econômicos e estatísticos bem como diretrizes a serem utilizados na compilação e na apresentação das estatísticas fiscais, dentro de um marco analítico que inclui a avaliação patrimonial. Descreve a estrutura estatística macroeconômica projetada para apoiar a análise fiscal.

importação de bens e serviços Bens e serviços adquiridos pelo Brasil do resto do mundo, valorados a preços CIF, ou seja, incluindo, no preço das mercadorias, os custos com seguro e frete.

impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários, descontando os subsídios.

impostos sobre a produção e importação Impostos, taxas e contribuições pagos pelas unidades de produção e que incidem sobre a produção, a comercialização, a importação e a exportação de bens e serviços e sobre a utilização dos fatores de produção.

impostos sobre produtos Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários.

margem de comércio Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela é calculada a partir do valor das vendas do comércio, descontando as despesas com bens adquiridos para revenda e somando a variação de estoques do comércio.

margem de transporte Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela representa o custo de transporte, faturado explicitamente, pago pelo comprador no momento da aquisição.

ocupações Medida do fator trabalho utilizado pelas atividades produtivas, equivalente aos postos de trabalho.

outros impostos sobre a produção Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre o emprego de mão de obra e sobre o exercício de determinadas atividades ou operações.

população residente 1. (*Censo Demográfico*) Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data de referência da pesquisa, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

2. (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*) Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data da entrevista, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

poupança bruta Parcela da renda disponível bruta que não é gasta em consumo final.

produto interno bruto Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados aos usos finais, sendo, portanto, equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. O produto interno bruto também é equivalente à soma dos usos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado, sendo, também, equivalente à soma das rendas primárias. Pode, portanto, ser expresso por três óticas: a) da produção – o produto interno bruto é igual ao valor bruto da produção, a preços básicos, menos o consumo intermediário, a preços de consumidor, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; b) da despesa – o produto interno bruto é igual à despesa de consumo das famílias, mais o consumo do governo, mais o consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (consumo final), mais a formação bruta de capital fixo, mais a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços; e c) da renda – o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados, mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto.

receita disponível do governo Somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), líquidas das transferências pagas e recebidas entre elas.

regime de caixa Modalidade contábil que considera, para fins de apuração do resultado do exercício, apenas os pagamentos e recebimentos ocorridos efetivamente no exercício.

regime de competência Modalidade contábil que considera, para fins de apuração do resultado do exercício, os fatos contábeis ocorridos durante o exercício.

remuneração dos empregados Despesas efetuadas pelos empregadores (salários mais contribuições sociais) com seus empregados em contrapartida do trabalho realizado.

renda de propriedade Renda recebida pelo proprietário e paga pelo utilizador de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido, como terrenos.

renda disponível bruta Saldo resultante da renda nacional bruta deduzidas as transferências correntes enviadas e recebidas do resto do mundo.

renda nacional bruta 1. Produto interno bruto mais os rendimentos líquidos dos fatores de produção recebidos do resto do mundo.

2. Produto interno bruto menos as remunerações líquidas enviadas ao exterior menos as rendas de propriedade líquidas enviadas ao exterior.

rendimento misto bruto Remuneração recebida pelos proprietários de empresas não constituídas em sociedade (autônomos), que não pode ser identificada, separadamente, se proveniente do capital ou do trabalho.

salários e ordenados Salários e ordenados recebidos em contrapartida do trabalho, em moeda ou em mercadorias.

saldo das transações correntes com o resto do mundo Saldo do balanço de pagamentos em conta corrente, acrescido do saldo das transações sem emissão de câmbio.

serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (SIFIM) Rendimentos de propriedade a receber pelos intermediários financeiros líquidos dos juros totais a pagar, excluindo o valor de qualquer rendimento de propriedade a receber de investimento de fundos próprios.

setor institucional Conjunto de unidades institucionais que são caracterizadas por autonomia de decisões e unidade patrimonial.

subsídios à produção Transferências correntes sem contrapartida do governo destinadas a influenciar os níveis de produção, os preços dos produtos ou a remuneração das unidades institucionais envolvidas no processo produtivo, permitindo que o consumidor dos respectivos produtos ou serviços seja beneficiado por preços inferiores aos que seriam fixados no mercado, na ausência dos subsídios.

System of national accounts Conjunto de normas aceitas internacionalmente e recomendações relacionadas à elaboração de indicadores da atividade econômica, de acordo com convenções contábeis baseadas em princípios econômicos. As recomendações representam um conjunto de conceitos, definições, classificações e regras contábeis para a apuração de indicadores, como o produto interno bruto, indicador de resultado econômico utilizado com maior frequência.

território econômico Território sob efetivo controle econômico de um governo, dentro do qual circulam livremente pessoas, bens e capitais.

transferências Operações efetuadas em espécie ou em numerário, entre duas unidades, sem contrapartida de bens e serviços.

transferências correntes Transferências de recursos, sem contrapartida de bens e serviços, destinadas a gastos correntes.

transferências de capital Transferências de propriedade ou aquelas condicionadas pela cessão ou aquisição de ativos.

unidade local Espaço físico, geralmente uma área contínua, no qual uma ou mais atividades econômicas são desenvolvidas, correspondendo a um endereço de atuação da empresa ou a um sufixo de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria da Receita Federal.

unidade residente Unidade que mantém o centro de interesse econômico predominante no território econômico, realizando, sem caráter temporário, atividades econômicas nesse território.

valor adicionado bruto Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

variação de estoques Diferença entre os valores dos estoques de mercadorias finais, produtos semimanufaturados, bens em processo de fabricação e matérias-primas dos setores produtivos no início e no fim do ano, avaliados aos preços médios correntes do período.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Contas Nacionais

Rebeca de La Rocque Palis

Grupo de trabalho

Rebeca de La Rocque Palis

Alessandra Soares da Poça

Luiz Antônio do Nascimento de Sá

Raquel Callegario Gomes

Breno Augusto de Barros Antunes

Clarissa Jahns Schlabitz

Cláudia Baptista Ferreira Pereira

Dionatan Silva Carvalho

Eliandres Pereira Saldanha

João Paulo Caetano Santos

Mari Aparecida dos Santos

Maria Gláucia Pacheco Moreira

Martinho Roberto Lazzari

Raimundo Leal Filho

Renato Mendes Freitas

Ricardo Kureski

Thiago Rafael Corrêa de Almeida

Wilson Grimaldi

Witalo Lima Paiva

Técnicos participantes da Coordenação de Contas Nacionais

Alessandra Soares da Poça

Amanda Mergulhão Santos Barros

Amanda Rodrigues Tavares

André Artur Pompéia Cavalcanti

André Luiz da Silva (Estagiário)

André Rodrigues Pereira

Bárbara de Oliveira Brasil Correa

Camila Unis Krepsky

Carlos Cesar Bittencourt Sobral

Carmen Maria Gadea de Souza

Christina Elisabeth Fischer Mattoso Maia Forte

Cláudia Coelho Reis

Claudia Dionisio Esterminio

Cristiano de Almeida Martins

Daniel Rodrigues Caetano

Douglas Moura Guanabara

Evaldo Gomes Rangel

Felipe Castor Cordeiro de Sousa

Felipe de Oliveira Sampaio

Flávia Caheté Lopes Carvalho

Gabriela Cavalcanti de Araújo Martins

Guilherme Haluska Rodrigues de Sá
Gustavo Chalhoub Garcez
Hugo Araújo Saramago
Julio Cesar Siqueira
Katia Namir Machado Barros
Luiz Antônio do Nascimento de Sá
Marcio Resende Ferrari Alves
Marcos Paulo Laranja Ribeiro
Michel Vieira Lapip
Patrícia Schmitt Fontenelle
Paulo Henrique Polly Montoya
Raimundo Tavares Guedes
Raquel Callegario Gomes
Rebeca de La Rocque Palis
Ricardo de Souza Ribeiro
Samuel Cruz dos Santos
Sarah Tavares Corrêa Cunha
Sidneia Reis Cardoso
Tássia Gazé Holguin
Teresa Cristina Bastos
Victor Hugo Martins Bello Honaiser

Colaboradores

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marisa Sigolo

Gerência de Editoração

Estruturação textual do Informativo

Leonardo Ferreira Martins

Projeto gráfico do Informativo

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização documental

Ana Raquel Gomes da Silva

Isabella Carolina do Nascimento Pinto

Juliana da Silva Gomes

Lioara Mandoju

Elaboração de resumos indicativos e padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Impressão e acabamento do Informativo

Ednalva Maia do Monte

Newton Malta de Souza Marques

Helvio Rodrigues Soares Filho

Órgãos Estaduais de Estatística

Rondônia

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

Hilda Coêlho Gomes Denny

Jorge César Ugalde

Teresa Cristina Simoni

Acre

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Arlene de Nazaré Silva Pessoa

Marky Lowell Rodrigues de Brito

Shirley Brana Vilela

Wagner Sena

Amazonas

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEDECTI

Alcides Saggiaro Neto

Casemiro Rodrigues de Souza

Francisco Alves de Freitas

Josenete Cavalcante Costa

Júlio Afonso Filho

Roraima

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima

Enoque Rosas

Fabio Rodrigues Martinez

Natalino Araújo Paiva

Pará

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Maria Augusta Esteves Pereira

Maria Glaucia Pacheco Moreira

Walquíria Carrera Bernardo Ribeiro

Amapá

Secretaria de Estado do Planejamento

Aldo Simão Carneiro Fernandes

Leila Sílvia Sacramento Balieiro de Souza

Nazaré Santos Cardoso

Newton Wanderley Salomão Junior

Oneide da Cruz Pinheiro

Vanete dos Santos Palmeira

Tocantins

Secretaria da Fazenda e Planejamento

Geizianne Pereira da Cunha

Grazielle Azevedo Evangelista

Kézia Araújo Dias

Maranhão

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC

Anderson Nunes Silva
Dionatan Silva Carvalho
Rafael Thalysson Costa Silva

Piauí

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Piauí - CEPRO

Amanda Alves Dias
Evaristo Alves dos Reis Junior
Fernanda Almeida Moita
Manfredi Mendes de Cerqueira Junior
Marcos Antônio Pinheiro Marques

Ceará

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

Alexsandre Lira Cavalcante
Ana Cristina Lima Maia
Fátima Juvenal de Souza
Margarida Maria Sérgio do Nascimento
Nicolino Trompieri Neto
Witalo Lima Paiva

Rio Grande do Norte

Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA

José Leônidas Galvão Neto
Wagner Rodrigues

Paraíba

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - Gerência Executiva de Desenvolvimento Municipal e Regional

Janayna Maria Carvalho Alves
Leilah Silva Barros
Rosimélia Lima Santos de Araújo
Simone Ana Olímpio
Maluá Münt Ribas

Pernambuco

Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco -

CONDEPE/FIDEM

André Luís da Silva
Claudia Baptista Ferreira Pereira
Daniel Oliveira Paiva da Silva
Fernando Mota Maia Neto
Rodolfo Guimarães Regueira da Silva

Alagoas

Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio

Allisson Nascimento Gonçalves da Silva
Marcia Nubia Barbosa Lopes
Roberson Leite Silva Júnior
Teresa Márcia da Rocha Lima Emery

Sergipe

Secretaria de Estado Geral de Governo

Manuela Macedo Oliveira
Josefa Maria Góis de Melo

Bahia

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI

João Paulo Caetano Santos
Denis Veloso
Carol Araujo Vieira
Simone Borges Medeiros Pereira
Karina Maria das Graças Carneiro da Silva

Minas Gerais

Fundação João Pinheiro, Diretoria de Estatística e Informações - FJP

Glauber Flaviano da Silveira
Marilene Cardoso Gontijo
Lívia Cristina Rosa Cruz
Raimundo de Sousa Leal Filho
Reinaldo Carvalho de Moraes
Thiago Rafael Corrêa da Almeida

Espírito Santo

Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN

Adriano do Carmo Santos
Edna Moraes Tresinari

Rio de Janeiro

Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ

Luiz Antonio Nunes de Sant Anna
Pedro Amaral Serra

São Paulo

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE

José Roberto Rodrigues
Maria Rosa Borin
Odete Ferreira Salsa
Regiane Lenardon
Renata Silveira Correa
Vagner Bessa

Paraná

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES

Cassiano Correa de Oliveira
Janielly Amorim de Oliveira
Mari Aparecida dos Santos
Ricardo Kureski

Santa Catarina

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina - SDE/SC

Alex Ribeiro
Paulo Zoldan

Rio Grande do Sul

Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão - SPGG/RS

César Conceição
Martinho Roberto Lazzari
Vanessa Neumann Sulzbach
Vinicius Dias Fantinel

Mato Grosso do Sul

Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar - SEMAGRO

Eliandres Pereira Saldanha
Renato Prado Siqueira

Mato Grosso

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Breno Augusto de Barros Antunes
Eduardo Matsubara

Goiás

Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - IMB/SEGPLAN/GO

Anderson Mutter Teixeira
Luiz Batista Alves
Rafael dos Reis Costa

Distrito Federal

Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN

Clarissa Jahns Schlabitz
Eurípedes Regina Rodrigues de Oliveira
Jessica Filardi Milker Figueiredo
Sandra Regina Andrade Silva

Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Ana Maria Oliveira de Souza
Dave Mcliam Alves da Silva
Edimary Porto Dias
Evelyne Lima de Souza

Hugo Luiz da Silva Lima
Jesse Rodrigues dos Santos
Patry Marques Boscá
Rafael Soares Gouveia
Rosângela López Alanís